

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 239 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO 2013.

Aos 13 dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às 9h e 30 min., reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho Municipal de Assistência Social, na Casa dos Conselhos no auditório da SETRAC – Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, sito Av. Ipiranga, 544 – Centro, com a seguinte pauta: 1) Trabalho das Comissões; 2) Relatório de Atividades das Principais Ações do Conselho no ano de 2013; 3) Assuntos Gerais e Informes. Compareceram 09 (nove) conselheiros: representantes da SETRAC, Secretaria de Habitação e Gabinete do Prefeito, pelo poder público; representantes da COMAC – Comissão Municipal de Atuação Comunitária de Petrópolis, Grupo Assistencial SOS Vida, SADIAS – Sociedade Ademir Damaceno para Infância e Adolescência, Associação Oficina de Jesus, CRP – Conselho Regional de Psicologia e Associação Casa da Cidadania pela sociedade civil. Com a presença de 10 (dez) pessoas. A vice- presidente, Jaqueline Cleffs, dá início a reunião informado que a presidente do CMAS devido a problemas no trânsito chegará atrasada. Jaqueline apresenta a publicação do Diário Oficial, nº 4334, do dia 22/10/2013, que fala da substituição dos representantes no Conselho do Gabinete do Prefeito. Primeiro ponto da pauta. 1) Trabalho das Comissões – Comissão de Direito e Fiscalização: Alessandra Miranda, conselheira suplente representante do Gabinete do Prefeito, relata que faz parte também do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, e sugere a possibilidade de unificar as visitas entre os dois Conselhos para agilizar o trabalho. Os conselheiros por sua vez levantam uma série questões que poderiam ocorrer em uma visita entre dois Conselhos distintos. Cristiane Ferreira, Secretária Executiva do CMAS, relata que já foi conselheira do CMDCA, e que nas visitas que realizou encontrou algumas instituições que não tinham inscrição no CMAS, e que isso por só já seria um entrave no trabalho. Carlos Jorge, conselheiro representante da Casa da Cidadania, expõe que uma visita com um grande número de pessoas poderia prejudicar a qualidade do trabalho. Alessandra Miranda, diz que levará essas questões para serem discutidas no CMDCA e posteriormente gostaria de trazer esta sugestão novamente ao CMAS. Maria Inocência, conselheira representante da Secretaria de Habitação, faz a leitura do relatório da visita feita na instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ocorrida no dia 25/10/2013. A instituição recebeu por parte da Comissão de Direito e Fiscalização um parecer favorável, a única ressalva é relativa a acessibilidade, visto que há projetos para adequação da casa, mas a instituição alega que pelo fato de ser um patrimônio tombando é necessário liberação por parte do IPHAN para a realização dessas obras. Carlos Jorge, sugere que seja acrescentado ao relatório a tipicidade do programa ofertado, no caso da instituição supracitada seria o de média complexidade. No mesmo dia foi realizada a visita a instituição Grupo dos Amigos dos Autistas de Petrópolis (GAAPE), a Comissão encontrou uma série de irregularidades e dificuldade para obter informações precisas por parte da coordenadora da instituição. Referente aos funcionários, a presidente da instituição informa que não há voluntários, apenas contratados, mas até a presente data não apresentou o quadro de funcionários. A Comissão constatou que o número de funcionários não é suficiente para dar conta da

demanda da instituição. Em relação ao espaço físico, foi considerado inadequado, não cumprindo com as determinações da ANVISA e do Plano Nacional de Acessibilidade. Maria Inocência, considera muito difícil compreender como é realizada as taferas no GAAPE, visto que há duas propostas de trabalho, e que teoricamente estariam ocorrendo no mesmo momento nas mesmas salas da instituição. Diante do que foi exposto a Comissão de Direito e Fiscalização conclui que para futura renovação do registro junto ao CMAS será necessário que a referida instituição realize as adequações conforme preconiza a Política Nacional da Assistência Social. O CMAS recebeu uma denúncia sobre a instituição GAAPE, na qual estaria cobrando a taxa de R\$ 200, 00 (duzentos) para o fechamento do diagnóstico, sendo que as famílias já seriam referendadas à instituição munidas de um laudo médico com o diagnóstico do usuário, ou seja, não precisando desse novo laudo, e nem da cobrança do serviço. A presidente do CMAS, Érika Rangel, diz que também ficou surpresa com a realidade da instituição, e que deve ser feito uma relatório para ser entregue ao GAAPE com as considerações e com a solicitação para se adequarem as normas vigentes. Apresenta a proposta de dar um prazo para que sejam feitas as adequações e posteriormente fazer um nova visita. Aponta que o Conselho deve ir em contrapartida de encontro as instituições para subsidiá-las. Ismael Damas, conselheiro representante do CRP, fala que não só deve dar um *feedback* das visitas, como pensar também no que será feito caso as solicitações das adequações não sejam atendidas. Adriano Pereira, conselheiro representante da COMAC, aponta que a resolução nº 16 estipula o prazo de 30 dias para as instituições se retratarem, mas não soube informar o tempo para se adequarem, acredita que 30 dias não seria o suficiente. Ana Maria Ibelloni, conselheira representante da SADIAS, fala que a Comissão de Direito e Fiscalização se reuniu com Secretário da SETRAC, Jorge Maia, para deixá-lo a par sobre o que foi observado na visita ao GAAPE, e consequentemente ter o seu auxílio. Diz ainda que se a instituição não se ajustar o município deve se responsabilizar por estes assistidos. Jorge Maia, Secretário da SETRAC, aponta que o GAAPE é a única instituição que oferece este tipo de serviço. Apresenta também a proposta de fazer uma visita a instituição junto com a presidente do CMAS, solicitando que se adequem as normas vigentes, e que será dado um prazo para seu cumprimento. Érika Rangel, fala que o CMAS deverá redigir um ofício para ser entregue a instituição dizendo qual foi o parecer desde Conselho, do que foi observado e quais são as adequações necessárias, a saber: adequação do espaço físico, definição das duas empresas dentro do mesmo espaço, direito a gratuidade dos serviços socioassistenciais, e que deve ser apresentado a relação de profissionais que trabalham na instituição. A presidente aponta que no final do ofício deve ser dito que o CMAS se coloca a disposição para auxiliar no que for necessário. Adriano Pereira, fala que deve ser apurado a denúncia de que a supracitada instituição estaria cobrando pelos atendimentos que deveriam ser gratuitos. A presidente sugere que caso alguma instituição solicite auxílio ao Conselho, que seja marcado um horário para o encontro, e que os conselheiros sejam consultados para saber quais podem estar presente nesta reunião. Adriano Pereira, apresenta ao Conselho as fotos tiradas nas visitas ao GAAPE e APAE. A Comissão de Direito e Fiscalização justifica que não foi possível fazer a visita a instituição Aldeia da Criança Alegre Kinderdorf, pois no momento da visita não havia

ninguém na instituição para recebê-los. A presidente do CMAS propõe um desafio para o próximo ano, e solicita o auxílio da Comissão de Divulgação, para a elaboração de uma cartilha para trabalhar a parte metodológica de atuação de intervenção nas instituições. 2) Relatório de Atividades das Principais Ações do Conselho no ano de 2013: A Casa dos Conselhos solicita um relatório das principais ações realizadas pelo CMAS no ano de 2013. Érika Rangel sugere que os coordenadores de cada comissão ajudem na criação deste relatório. A presidente solicita a Secretária Executiva do Conselho que envie um ofício a Casa dos Conselhos questionando se há um modelo de relatório e se há um prazo de entrega do mesmo. 3) Assuntos Gerais e Informes: A presidente do CMAS fala sobre a formatação do edital de convênio, sugere marcar uma reunião com a Procuradoria da prefeitura para apresentar o modelo que o Conselho elaborou, para que desta forma a Procuradoria oriente juridicamente o conteúdo do mesmo. Alessandra Miranda, conselheira suplente representante do Gabinete do Prefeito, solicita que este modelo seja enviado por email para que possa analisar junto com outro Procurador que trabalha no seu setor, e desta forma ter elementos para marcar uma reunião com o Conselho. Nada mais havendo em pauta, a reunião foi encerrada, às 11h e 35 min., e eu, Ismael Eduardo Machado Damas, primeiro secretário do CMAS, lavei e assino a presente ata juntamente com a presidente do CMAS, Érika Rangel de Souza dos Santos.